MLS – LAW AND INTERNATIONAL POLITICS (MLSLIP)
https://www.mlsjournals.com/MLS-Law-International-Politics
ISSN: 2952-248X

(2026) MLS-Law and International Politics, 5(1), 60-73. doi.org/10.58747/mlslip.v5i1.4738.

O PAPEL DE ANGOLA NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS: O CASO DA RDC (2014 À 2023)

ANGOLA´S ROLE IN CONFLICT RESOLUTION IN THE GREAT LAKES REGION: THE CASE OF THE RDC (2014-2023)

EL PAPEL DE ANGOLA EN LA RESOLUCIÓN DE CONFLICTOS EN LA REGIÓN DE LOS GRANDES LAGOS: EL CASO DE LA RDC (2014 A 2023)

Augusto Aurélio Gungui
Univerdad Europea Del Atlántico, España
(augustogungui12@mail.com)(https://orcid.org/0009-0008-4432-795X)

Información del manuscrito:

Recibido/Received:03/03/2026
Revisado/Reviewed: 19/05/2026
Aceptado/Accepted: 10/06/2026

Palavras-chave:
Conflitos, RDC, Angola, resolução, política externa

RESUMO

O presente artigo debruçou-se sobre "o papel de Angola na resolução de conflitos na Região dos Grandes Lagos: o caso da República Democrática do Congo 2014-2023". Com base ao tema referenciado a abordagem adotada é de natureza qualitativa, buscando compreender o contexto político e diplomático por meio de uma análise detalhada de significados, motivações e valores subjacentes aos eventos estudados. O mesmo recorreu-se a métodos documentais e históricos, com realce aos instrumentos de recolha de dados bibliográficos e documentais. Face a estes dados, confirmou-se que a maior parte dos conflitos actuais estão localizados no continente africano, sendo a República Democrática do Congo, vizinha de Angola, um dos países que causa grande instabilidade na Região dos Grandes Lagos. Angola durante os seus dois mandatos na Conferência Internacional dos Grandes Lagos (CIRGL), desempenhou um papel importante nas organizações regionais africanas, concretamente na mediação de conflitos da Região Grande Lagos, neutralizando as forças negativas dos Movimentos 23 de Março (M23) na RDC e o cessar-fogo na República Centro Africana (RCA), no enfraquecimento das Forças Armadas Aliadas (ADF) e para que as Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR), entregasse voluntariamente as armas.

Keywords:
Conflicts, DRC, Angola, Resolution, Foreign policy.

ABSTRACT

This article focuses on "Angola's role in conflict resolution in the Great Lakes Region: the case of the Democratic Republic of Congo 2014-2023". Based on this theme, the approach adopted is qualitative in nature, seeking to understand the political and diplomatic context through a detailed analysis of the meanings, motivations, and values

underlying the events studied. Documentary and historical methods were used, with emphasis on bibliographic and documentary data collection instruments. Based on this data, it was confirmed that most current conflicts are located on the African continent, with the Democratic Republic of Congo, Angola's neighbor, being one of the countries that causes great instability in the Great Lakes Region. During its two terms at the International Conference on the Great Lakes Region (ICGLR), Angola played an important role in African regional organizations, specifically in mediating conflicts in the Great Lakes Region, neutralizing the negative forces of the March 23 Movement (M23) in the DRC and the ceasefire in the Central African Republic (CAR), weakening the Allied Armed Forces (ADF), and ensuring that the Democratic Forces for the Liberation of Rwanda (FDLR) voluntarily surrendered their weapons.

RESUMEN

Palabras clave:
Conflictos, RDC, Angola, resolución, política exterior.

Este artículo se centra en «El papel de Angola en la resolución de conflictos en la región de los Grandes Lagos: el caso de la República Democrática del Congo 2014-2023». Con base en este tema, el enfoque adoptado es de naturaleza cualitativa, buscando comprender el contexto político y diplomático a través de un análisis detallado de los significados, motivaciones y valores subyacentes a los eventos estudiados. Se utilizaron métodos documentales e históricos, con énfasis en instrumentos de recolección de datos bibliográficos y documentales. A partir de estos datos, se confirmó que la mayoría de los conflictos actuales se ubican en el continente africano, siendo la República Democrática del Congo, vecina de Angola, uno de los países que genera mayor inestabilidad en la región de los Grandes Lagos. Durante sus dos mandatos en la Conferencia Internacional sobre la Región de los Grandes Lagos (CIRGL), Angola desempeñó un papel importante en las organizaciones regionales africanas, concretamente en la mediación de conflictos en la región de los Grandes Lagos, neutralizando las fuerzas negativas del Movimiento 23 de Marzo (M23) en la República Democrática del Congo y el alto el fuego en la República Centroafricana (RCA), debilitando a las Fuerzas Armadas Aliadas (FAA) y asegurando que las Fuerzas Democráticas para la Liberación de Ruanda (FDLR) entregaran voluntariamente sus armas.

Introducción

Este artigo examina o papel de Angola na resolução de conflitos na Região dos Grandes Lagos: O caso da República Democrática do Congo 2014 a 2023. Este estudo é o resultado de pesquisas realizadas em diversas fontes consultadas, com informações sobre o papel de Angola na resolução de conflitos na região dos Grandes Lagos. Elenca sugestões teóricas para resolução em questões relacionadas ao tema, especialmente na República Democrática do Congo.

A República Democrática do Congo vem desde anos de 1959 e 1960, após a conquista da sua independência enfrentando conflitos, motivados por disputas de poder, que foram sendo influênciadas pela presença estrangeira (belga), com a finalidade de continuar a ter o domínio dos recursos naturais. Por sua vez, estes conflitos tem gerado instabilidade interna e ameças a segurança aos demais países vizinhos e da região (Junior, 2021). Não obstante, Angola e a República Democrática do Congo países vizinhos, partilham uma grande fronteira terrestre. "Estes dois países têm relações pacíficas, no entanto, um forte conflito interno na República Democrática do Congo pode pôr em perigo as áreas circundantes, especialmente o de Angola" (Sita, 2017, p.6). Angola sabe que conflitos não resolvidos perto das suas fronteiras podem ter consequências no seu território (Idem, 2017).

Assim como a RDC, Angola também passou por um expressivo período de conflitos. Após a independência, em 1975, o país passou por 27 anos conturbados, especialmente provocados pelos efeitos da Guerra-Fria e da guerra civil que assolou o País até 2002 com o Memorando de Luena (Jovita, 2017). O país demonstrou ser possível resolver questões políticas e militares sem o uso da força, usando a capacidade de negociação como solução de seus conflitos, em vez da guerra (Armando, 2021). O país tem desempenhado um papel importante nas regiões africanas, concentrando-se na resolução de conflitos regionais. Por exemplo, as ações tomadas como presidente da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL), um fórum presidido por Angola por dois mandatos consecutivos de 2014-2017.

Com efeito, o Estado Angolano direcionou a sua política externa, regional para a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), para a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), e para a (CIRGL), alegando que a vigilância e o reforço da segurança no âmbito das normas do Direito Internacional, como meio facilitador para o funcionamento das organizações sub-regionais como instrumento de cooperação regional na região (Armando, 2021).

Desse modo, este artigo orienta-se no sentido de compreender o papel desenpenhado pela República de Angola no processo de neutralização das forças negativas para melhor estabilidade política e democrática na República Democrática do Congo. Sendo que, constitui um instrumento importante à nível acadêmico, pois pretende contribuir para os próximos estudos ou investigações sobre o papel de Angola na resolução de conflitos na RDC, no campo das Relações Internacionais e Ciências Políticas. Outrossim, este artigo vem contribuir para o reconhecimento dos estudos científicos já realizados sobre a atuação de Angola nos conflitos da região dos Grandes Lagos Africanos. Pesquisar e discutir sobre o papel de Angola na resolução de conflitos da região dos Grandes Lagos e concretamente à RDC num horizonte temporal do estudo entre 2014 à 2023, tornou-se um desafio, pois durante a pesquisa constatou-se excassez de trabalhos acadêmicos sobre o tema, portanto, essa pesquisa pretende contribuir no preenchimento dessa lacuna.

Para este propósito, o objectivo geral é analisar o papel de Angola na resolução de conflitos da Região dos Grandes Lagos de 2014 à 2023. Como objectivos específicos relacionados aos resultados pretendidos, destacam-se:

- Explicar as reais motivações do interesse de Angola na resolução de conflitos na região dos Grandes Lagos;
- Avaliar o desenpenho de Angola na mediação de conflitos da região após a sua dupla presidência da CIRGL.

Génese e razões de conflitos na região dos Grandes Lagos

Esta região sofre com diferentes ondas de conflitos que duram mais de 5 décadas. Estes conflitos têm raízes profundas, alguns ficam para trás como legados do colonialismo, com realce a partilha de África, enquanto outros, surgem do dinamismo das circunstâncias sociais, com destaque a presença de vários grupos étnicos, diversos grupos rebeldes na região e a incapacidade das autoridades para impor controlo sobre toda a região (Brinco, 2020). Assim sendo, Silva (2012) descreve o conflito na região dos Grandes Lagos como um conflito multifacetado, é um conflito étnico, nacionalista, económico e com impactos regionais, afetando a segurança dos países da região (Ruanda, Uganda, Burundi e República Democrática do Congo).

Com base acima exposto, as riquezas (recursos minerais) existentes na maior parte da região constituem uma das maiores reservas de recursos naturais do mundo, atrás apenas da região Medio Oriente. O autor acima ressalta que este aspecto por si só justifica as razões que se tornaram a base das grandes disputas no período colonial entre as potências colonizadoras (Brinco, 2020). Apesar das riquezas existentes, a região dos Grandes Lagos "é caracterizada pela extrema pobreza, fome, doenças e pela desagregação das famílias" (Brinco, 2020, p. 24). Estes problemas têm aumentado muito na região devido a uma série de razões de ordem "*interna e externa"*, sobretudo devido à ganância dos governantes, enriquecendo-se à custa do povo (Idem, 2020).

No contexto interno, as características dos governos regionais como sendo muito aquém do desejado, sobretudo para a construção das democracias. Em muitos países da região dos Grandes Lagos, os presidentes tornam-se uma espécie de "dono" do seu país ao recusarem abandonar os seus cargos. Se olharmos para os países desta região, este facto confirma-se: apesar de muitos países terem alcançado a independência desde a década de 1960, a maioria tiveram 2 ou 3 presidentes, um facto que mostra o quão difícil abandonar o poder nos Estados da região dos Grandes Lagos africanos (Tavares, 2007).

Ademais, os recursos naturais são muitas vezes controlados pelos chamados senhores da guerra, apoiados por governos e políticos que não têm capacidade para governar seus países, causando assim a revolta civil (Madeiros, 2010).

Segundo Londa (2019), citado por Brinco (2020, p.27), salienta sobretudo "a má alocação de recursos, como uma das principais razões que contribuem para os conflitos nos países dos Grandes Lagos, associado ao facto de alguns grupos étnicos sentirem desprivilegiados em relação a outros." Por conseguinte, o aumento dos movimentos religiosos, não só da fé islâmica, outras religiões presentes na região, destacado por Tavares (2007) sendo uma das formas causadoras da situação de insegurança na região, que em alguns casos verifica-se uma espécie de confronto entre eles. Resultando o surgimento dos grupos rebeldes revindicarem junto ao seu governo (Brinco, 2020).

No contexto externo, "em África, particularmente nos países dos Grandes Lagos, "herdou-se activos, e passivos de acções coloniais. Porque muitos conflitos que ocorrem na região encontram explicações no passado histórico que permitiu a convivência entre dois povos com culturas distintas" (Brinco, 2020, 27). Por sua vez, esta ideia, pelo facto de ser por um lado, a conferência de Berlim realizada em 1884/1885 foi um marco

importante no continente africano, por terem feito a partilha do mesmo, por outro lado, era a razão pela qual ocorreram certos conflitos na região dos Grandes Lagos, pois a delimitação destes não obedeceram à realidade política, económica, social e cultural dos povos colonizados (Idem, 2020).

Porém, as delimitações feitas pelos países participantes da Conferência de Berlim fez com que diferentes etnias de diversos países com hábitos e costumes diferentes, passassem a partilhar as mesmas regiões, como sendo povos do mesmo território ou Estado, estarem sujeitos ao mesmo governo e regulamentos administrativos semelhante (Sacalumbo, 2016). "A vontade de explorar o continente africano era tão grande que as potências europeias não questionavam a extensão dos danos que poderiam causar" (Artur, 2018, p. 21).

> Na Europa, a sede por terras na África já era quase palpável. Havia algumas reivindicações conflituantes que precisavam ser resolvidas, e, obviamente, urgia impor algumas regras básicas para divisão final do bolo africano, Bismarck ofereceu-se para ser anfitrião de uma conferência diplomática, a ser realizada em Berlim, que discutiria algumas dessas questões. Para Leopoldo, a conferência era uma oportunidade a mais de reforçar sua posição no Congo. (Artur 2018, p. 21)

Fruto da ganância europeia e a falta de perceção, originou vários tipos de conflitos que existem no continente africano, alguns dos quais são conflitos na região dos Grandes Lagos, que apresentam-se de várias formas, que vão desde disputas fronteiriças entre países, recursos naturais, conflitos étnicos e culturais, que muitas vezes alimentadas pelo colonialismo. Aplicada uma política que acabaria por dividir o continente e forçar estes países a manter relações com as suas antigas colónias (Artur, 2018).

Nesta conformidade, "Os frutos amargos deixados pelo sistema colonial, que originaram antes de mais conflitos étnicos, deixaram a sua marca na história política, económica e social em África, e um dos mais conhecidos é o conflito do Burundi e no Ruanda" (idem, p.21). "Hoje classificado por muitos como um conflito étnico, pois inclui dois grupos Tutsis e os Hutus, as disputas entre duas tribos marcaram como um dos maiores conflitos na região dos Grandes Lago"s, como mencionou Nyer (2009) citado por Miranda (2018, p.14). Esses conflitos tem a sua génese no ano de 1994, quando aconteceu um dos maiores genocídios da história da humanidade, onde mais de 1.000.000 de tutsis foram mortos, após o assassinato do ex-líder da tribo hutu Juvenal Habyarimana, que voltava de uma viagem na Tanzânia, onde assinou um acordo de paz, infelizmente, as coisas não saíram como planejado, seu avião foi abatido culminado com a sua morte (Miranda, 2018).

Diante destes acontecimentos, muitos sobreviventes deste genocídio foram forçados a migrarem para países vizinhos, a exemplo no Burundi, na República Democrática do Congo e no Uganda, tornando-se vítimas de perseguição (Artur, 2018). A presença destes foi causando conflitos noutras partes da região dos Grandes Lagos, particularmente nas províncias dos Kivu – RDC, cuja culpa foi atribuída ao então presidente Mobutu por estar a favor dos tutsis. Para muitos congoleses, os conflitos no Kivu do Norte e no Kivu do Sul só eclodiram porque os refugiados ruandeses cruzaram a fronteira para escapar ao genocídio e trouxeram consigo e carregaram rivalidades antigas (Miranda, 2018).

Assim sendo, entende-se que o maior erro cometido na gestão dos campos de refugiados, foi a falha na identificação e separação dos membros extremistas das milícias hutus e do antigo governo ruandês dos restantes refugiados (Miranda, 2018). A autora salienta que "fruto desta falha passou então haver discriminação entre tutsis congoleses, tutsis ruandeses e os hutus ruandeses, que revindicavam áreas congolesas onde estavam instalados" (p.14). Falta de coesão nacional no Kivu do Norte têm causado muitos males

a população congolesa, infelizmente, um desses males é o estupro de mulheres (Miranda, 2018).

"Estas calamidades tem sido denunciadas por Organizações Não Governamentais-ONGs e pelas Nações Unidas. Em 2009, foram registrados mais de 7.500 casos de violações cometidas por milícias e das forças regulares do congo" (Valenzola, 2014, p.79). O certo é que os motivos destas guerras tem sido mais complexas do que as rivalidades étnicas, a prova disso é que algumas milícias como a Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo (AFDL), força de oposição do Presidente Mobutu, tiveram membros de várias etnias; Hutus, Tutsis ruandeses e congoleses (Miranda 2018). No entanto, "esta coligação avançou pelo território conquistando victórias contra o exército congolês e atacando os refugiados. Foi uma guerra conhecida como Primeira Guerra do Congo, que só terminou com a tomada do poder pelos rebeldes liderados por Laurent Kabila" (Aguilar & Pereira, 2014, p.3).

A afirmação regional da diplomacia angolana e os seus interesses na região dos grandes lagos: o caso da RDC

"A Política Externa de Angola é caracterizada pelo seu carácter realpolitik[1] e pela sua diversificação das relações internacionais, o que lhe preserva de uma dependência excessiva do Ocidente" (Oliveira, 2015, p.239). Assim sendo, Angola tem elaborado estratégias de melhoria da sua reputação para diversificar as suas relações com países em rápido desenvolvimento (Oliveira, 2015).

A nível regional, Angola opta por uma política de integração. Por sua vez pertence a vários grupos regionais, entre os quais, a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL). O antigo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, considerou que o comportamento da política externa de Angola continua a ser pautado pela acção directa que conduzam à consolidação do entendimento e cooperação entre os países e à preservação da paz, estabilidade e segurança internacionais (Kissaca, 2017). Esta declaração feita em 2011 ainda é eficaz na política externa de Angola e na defesa da soberania do Estado (Miranda, 2018).

Angola "está empenhada numa política de melhoraria a sua reputação a nível internacional. Nos últimos anos, a diplomacia angolana tem-se destacado e exposto o país internacionalmente" (Miranda, 2018, p. 36). Esta projeção está relacionada com o seu empenho na resolução de conflitos, sobretudo ação que vem sendo desempenhado na CIRGL, durante a sua presidência. Todas estas acções tomadas por Angola fizeram com que obtivesse um grande apoio da maioria esmagadora (190 votos dos 193 votantes) dos Estados-membros das Nações Unidas para se tornar membro não permanente pela segunda vez do Conselho de Segurança da ONU, no dia 01 de Outubro de 2014 por um período de dois anos (MIREX, 2023). Assim, "estas duas nomeações em simultâneo de Angola no Conselho de Segurança das Nações Unidas e na CIRGL, trouxeram o país à luz das Relações Internacionais consagrando o papel fulcral de Angola na região subsaariana" (Miranda, 2018, p.36).

Angola é um país pacífico cuja sua estabilidade depende muito da vizinhança próxima e vizinhança afastada, a autora acima referenciada destaca que além de garantir a segurança, Angola também está interessada em aumentar a sua influência na região dos Grandes Lagos e por conseguinte, na RDC. Com a sua presidência da CIRGL, Angola aproveitou a oportunidade para afirmar a sua influência na tomada de decisões políticas na região (Miranda, et al., 2018).

[1] **Realpolitik,** palavra de origem alemã que significa "política realista", refere-se à política ou diplomacia baseada principalmente em considerações práticas, em detrimento de noções idelogicas.

Angola e sua dupla presidência na conferência internacional na região dos grandes lagos (2014-2017)

Angola tornou-se presidente da CIRGL, nos dias 10 a 15 de Janeiro de 2014, por um período bienal, "na 5ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CIRGL, em Luanda, com o lema: promovemos a paz, segurança, a estabilidade e o desenvolvimento da região dos Grandes Lagos." (Pedro & Garcia, 2020, pp.848-49). Consideram os autores que Angola assumiu a presidência da Organização e os vários Estados-membros também comprometeram-se a cumprir todas as decisões da Conferência e a lutar pela paz, estabilidade e desenvolvimento socioeconómico na região (Armando, 2021).

Diante disto, "o impacto da rotatividade baseia-se principalmente no facto de Angola ter estabelecido diálogo e consensos entre países da região dos Grandes Lagos, visando desenvolver uma estratégia comum para manter e preservação da paz e a prosperidade na RGL" (Armando, 2021, p.47). Ainda no âmbito da sua presidência, Angola tem intervindo em questões que afetam o processo de paz e estabilidade da região, relacionadas com as clivagens políticas na região, ao mesmo tempo enfatiza a promoção do emprego aos jovens como um pilar importante para a paz e segurança efetivas no desenvolvimento da RGL, dar especial atenção às questões de segurança como eixo principal da sua presidência (Pedro, & Garcia, 2020; Armando, 2021). Por conseguinte, (Ngeli 2021) afirma que

> O antigo ministro das Relações Exteriores de Angola, Gorge Rebelo Chikoti, de 10 a 15 de fevereiro de 2014, efetuou uma viagem por alguns países da região – Burundi, Ruanda, Uganda, Sudão, República Centro Africana e a RDC, com o objetivo de avaliar a situação, tendo em vista a implementação das recomendações da Vº Cimeira realizada em Luanda, 2014 sob o lema acima referenciado, pretendia constatar *in loco* o estado da situação do Secretariado Executivo. (p. 39)

Durante o primeiro mandato na CIRGL, "Angola acolheu, no dia 6 de Junho de 2014, uma mini-cimeira tripartida, na qual participaram, a República do Congo e o Chade, com o objetivo de examinar as causas e soluções de problemas na região dos Grandes Lagos" (Pedro, 2019, p.329). Ainda nos dias 11 e 13 de junho de 2014, em Luanda "realizou-se uma reunião dos Ministros da Defesa e dos Chefes do Estado-Maior-General dos Estados Membros da CIRGL, onde discutiram questões de defesa, segurança, desenvolvimento económico e criminalidade" (Armando, 2021, p.49). Neste quadro, Miranda (2018), destaca o seguinte:

> Angola, no seu primeiro mandato, assumiu muitos desafios, entre os quais o de neutralizar os rebeldes no leste da RDC. Tendo ao longo do seu mandato acompanhado o processo de desarmamento, desmobilização, repatriação, reintegração e renascimento do ex-M23 e da tentativa de neutralização da FDLR e da Forças Armadas Aliadas (ADF), já que numa segunda reunião conjunta realizada em Luanda, entre o Ministério das Relações Exteriores da CIRGL e da SADC, a 1 e 2 de Julho de 2014, foi dado um ultimato às forças FDLR e da ADF para o cessar-fogo e que se rendessem voluntariamente, no que em caso contrário seriam tomadas posições militares contra as forças insurgentes que atuavam na região. (p.44)

Não obstante, "durante a 3ª reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da CIRGL e da SADC, de 18 a 20 de Setembro de 2014, foi avaliado o nível de desarmamento voluntário das FDRL durante os seis meses atribuídos a esta organização" (Armando, 2021, p.51). Com o culminar do prazo de seis meses previstos pelo ultimato, a 02 de Janeiro de 2015, a ADF e a FDLR continuavam a semear terror embora esta última tivesse começado a render-se voluntariamente em troca de negociações com a CIRGL e a SADC. Em ofensiva, as FARDC com o apoio da MONUSCO, lançaram as operações SOKOLA1 e SOKOLA2, para neutralizar as duas forças negativas. Todas estas ações, efetuadas com apoio de Angola na qualidade de presidente da CIRGL contribuíram para acalmar a situação no Leste da RDC embora ainda houvesse muito a ser feito como por exemplo a

aceleração do Desarmamento, Repatriação, Reintegração e Reassentamento (DRRR) para ex-combatentes M23 que apesar de desmantelados, de vez em quando ainda havia ocorrências de tentativas de ataques (Miranda, 2018).

Deste modo, no final do primeiro mandato e em função dos resultados alcançados, "Angola assumiu um novo mandato, no dia 14 de Junho de 2016, durante a VI Conferência de Chefes de Estado da CIRGL, no âmbito do sistema rotativo Angola deveria ser substituída pelo Quênia" (Pedro & Garcia et al., 2020, p.45). De acordo com (Miranda, 2018), o Quénia, com a ajuda de vários países da organização, pediu para Angola que continuasse aos programas gizados no mandato anterior e dando maior enfase a situações na RDC. Assim a presidência angolana prosseguiu com os planos apresentados no mandato anterior que serão espelhados mais adiante, e enfatizou as condições da RDC, como destacado por Miranda (2018).

> Neste segundo mandato, Angola deu maior ênfase às questões políticas na RDC, mas também continuou os seus esforços para neutralizar as forças negativas do seu vizinho. Na reunião ordinária dos chefes do Estado-Maior da CIRGL realizada no dia 23 de maio de 2017, o objetivo foi "analisar a situação de segurança e humanitária na região dos Grandes Lagos, especialmente no Leste da República Democrática do Congo, o antigo presidente do Comité de Estado-Maior da CIRGL, Geraldo Sachipengo Nunda, apelou a uma atenção especial à revitalização do M23 no Leste da República Democrática do Congo. (p.45)

A CIRGL (2017), relata que mais de 800 ex-M23 desapareceram do campo de Bihanga, no Uganda, onde estavam refugidos. Embora as FDLR tenham-se rendido, a aliança FDRL-FOCA e Mai-Mai atacaram as FARDC em Kitshanga no dia 8 de maio de 2017, causando a morte de dois policiais e quatro civis. A probabilidade de ressurgimento destas milícias era muito elevada, sobretudo quando o processo de Desarmamento, Desmobilização, Repatriação, Reintegração e Reassentamento (DDRRR), e não se alterem as circunstâncias que potencializaram o seu surgimento, nomeadamente a grande fragilidade da RDC promovem. A sua aparência não muda, o que é a principal fraqueza da RDC (Idem, 2018).

A posição de Angola na CIRGL após a sua dúpla presidência

Após a dupla presidência na CIRGL, Angola não ficou estagnada. Logo o seu posicionamento foi de continuação na resolução de conflitos da região. Com a presidência do Congo Brazaville na CIRGL, a situação na RDC continuou tensa durante a organização das eleições de 2018 (Armando, 2021). Quando o ex-presidente Joseph Kabila se propôs a concorrer pela terceira vez consecutiva, o presidente da República de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, reuniu-se com o seu homólogo do Congo Brazzaville, Denis Sassou Nguesso, para participar num debate virtual sobre os Grandes Lagos, com Joseph Kabila e aproveitando desta, a oportunidade para discutir sobre o futuro político de Kabila por ser considerado a base fundamental para determinar o futuro da região, o Presidente Kabila recusava afastar-se após o cumprimento de dois mandatos consecutivos, uma situação que criou instabilidade na região e no país (Armando, 2021).

Por sua vez, foi marcada uma nova data para as próximas eleições de 23 de Dezembro de 2018. O presidente angolano João Lourenço apelou ao diálogo nacional entre o Governo, a oposição e as forças civis, com a finalidade de organizar as eleições (Miranda, 2018). Este evento representou um marco importante no compromisso do Estado angolano na resolução de conflitos na região dos Grandes Lagos. Ademais no dia 20 de Novembro de 2020, Angola assumiu pela segunda vez a presidência provisória da organização para os próximos dois anos, com o fim do mandato do Congo Brazzaville, durante a 8.ª Conferência de Chefes de Estados e de Governo da CIRGL, tendo como o lema: "continuar a apoiar a implementação do Pacto sobre Segurança, Estabilidade e

Desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos", fortalecendo a cooperação económica e o desenvolvimento regional, ficou para Angola a garantia de que estaria mais uma vez pronta para ser um grupo de apoio a todos os Estados-membros (Jornal Angola, 2020).

De acordo com Deutsche Welle (WD, 2023)[2], O leste da RDC foi novamente atacado no final de 2021, causando um aumento da violência, protagonizada pelo grupo rebelde Movimento 23 de Março (M23) a conquistar territórios na região. Com efeito, situações constrangedoras continuaram a ocorrer em 2023, ainda com o forte envolvimento do M23, nas regiões leste da RDC, o que obrigou novamente a realização da Mini-Cimeira no dia 17 de Fevereiro de 2023 em Adis Abeba, Etiópia, sobre a paz e segurança nos Grandes Lagos.

Os Chefes de Estado e de Governo presentes na conferência mandataram Angola, em coordenação com o antigo presidente do Quénia, Uhru Kennyatta, na qualidade de coordenador nomeado pela Comissão da África Oriental, a manter contactos com o líder do grupo rebelde M23, no sentido de transmitir as decisões tomadas na Mini Cimeira de Adis Abeba. Face a estas responsabilidades, Angola manteve já contactos com a liderança do M23 desde 28 de Fevereiro do mesmo ano (DW, 2023).

Para Teté António Ministro das Relações Exteriores, o cessar-fogo foi anunciado várias vezes desde a reativação do M23 em Novembro de 2021, sem ser honrado, os combates foram se escalando entre a RDC e o Ruanda, que Kinshasa acusou novamente de apoiar o M23, (Miranda, 2018; WD, 2023).

Contudo, como resultado de intensos combates seguidos de diversas negociações, a Presidência Angolana anunciou que um Contingente de Apoio às Operações de Manuntenção de Paz das Forças Armadas Angolanas (CAOMPFAA), de aproximadamente 500 soldados seria enviada para a RDC, e cumpriu-se após foi após aprovação pela Assembleia Nacional de Angola, à luz do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 5/21 de junho Lei sobre o envio de Contingente Militar e Forças Angolanas aoa Exterior d País (DW, 2023). Assim, o Ministro de Estado e Chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, António Furtado, declarou que o objectivo desta unidade serviu para assegurar as áreas de acantonamento do M23, proteger os membros de Mecanismo de Verificação "Ad Hoc", encarregada de monitorar o cumprimento do cessar fogo. Por outro lado, apesar de algumas limitações assumidas por Estado angolano, estas foram sendo consideradas últimas intervenções activas destinadas a manter a estabilidade da RDC até ao final do período eleitoral em Dezembro de 2023 (DW, 2023).

Limitações de Angola no estabelecimento da paz na RDC

Fundamenta-se que durante sua presidência no bloco, Angola buscou respeitar a soberania dos países-membros da CIRGL, não se imiscuiu nos assuntos internos da RDC e não interveio sem autorização, respeitando os limites das prerrogativas que a RDC delegou à CIRGL, quando se tornou membro desta organização (Armando, 2021). O autor sublinha que a intervenção de Angola foi por via diplomática.

Neste sentido, as decisões da CIRGL não sobrepassam a soberania nacional dos membros da organização, portanto, as recomendações acabam ficando no âmbito consultivo. Sendo que nas relações entre os Estados não há subordinação nem dependência, mas sim igualdade, e para que haja uma convivência pacífica entre os Estados é necessária o respeito à soberania, para que um Estado ou uma organização não invada o domínio de outro Estado como bem preceitua a carta das Nações Unidas (Mazzuolli, 2011). Porém, importa referir que no âmbito da resolução de conflitos, as intervenções da CIRGL foram várias vezes travadas por causa da manifestada resistência

[2] **Deutsche Welle,** é um palavra alemã que significa "Onda alemã" uma emissora Internacional da Alemanha que transmite programas de tevisão, rádio e online, oferece conteúdo em 30 líguas.

de milícias naquela região. O apoio fornecido a milícias e dos seus interesses em permanecer no leste da RDC, limitou frequentemente o estabelecimento de diálogo com a CIRGL. Visto que é uma zona muito rica e isto tem muito a ver com a exploração ilegal (Miranda, 2018).

Método

A presente investigação visou desenvolver o papel de Angola na resolução de conflitos da região dos Grandes Lagos: o caso da RDC (2014 à 2023), sendo que o mesmo buscou compreender o contexto político e diplomático por meio de uma análise detalhada de situações atuantes da região, e motivações, valores subjacentes aos eventos estudados.

Desta feita, a presente investigação é de natureza qualitativa, para Alvarenga (2012), na pesquisa qualitativa, os resultados são apresentados em forma de narrativa, incluindo descrições de entrevistas ou situações e condutas observadas, e muitas vezes apresentam resumos específicos dos dados coletados. Assim, para obtenção de fundamentos teóricos recorreu-se a métodos documentais e históricos, com realce aos instrumentos de recolha de dados bibliográficos disponíveis a vários bancos de dados e respositórios eletrônicos e de documentos oficiais em Angola, tais como: relatórios, despachos diplomáticos encontrados na Biblioteca do Ministério da Defesa, de artigos do jornal de Angola, TV Zimbo e do Ministério das Relações Exteriores (MIREX), Bibliotecas das Forças Armadas Angolana (FAA), e da CIRGL, que serviram para aprimorar a oferta de revisões de assuntos e uma visão revisada e ampliada com base a sequência dos objectivos delineados no presente estudo.

Resultados

Os resultados da investigação "têm pouca utilidade se não forem comunicados os dados a conhecer à comunidade em geral e em particular à comunidade científica" (Freixo, 2018, p.253).

Com base ao tema o objectivo geral foi analisar o papel de Angola na resolução de conflitos da Região dos Grandes Lagos de 2014 a 2023. Por conseguinte, os resultados foram enfatizados com base aos objectivos específicos servindo de orientação do presente estudo:

1- Explicado as reais motivações do interesse de Angola na resolução de conflitos na região dos Grandes Lagos; as razões *"geoestratégicas"* baseada na expansão da sua influência na região dos Grandes Lagos, alinhados no sistema de Defesa, Desenvolvimento e Diplomacia constituiram o maior interesse do envolvimento do Estado angolano para o camino da resolução e consequentemente o alcance da paz efectiva da região como referencia Miranda (2018; DW, 2023); não obstante, os países dos Grandes Lagos próximo de Angola, especialmente a RDC, têm fortes ligações com as sete regiões fronteiriças de Angola, desta forma, um forte conflito interno na República Democrática do Congo pode pôr em perigo as áreas circundantes de Angola" (Sita, 2017, p.6). É evidente e muito importante e interessante para Angola, por ser um país com um grande papel e experiência na resolução de conflitos nesta região.

Importa referir que as acções de Angola como membro da União Africana (UA), da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e da Comissão do Golfo da Guiné (CGG),

demonstraram interesse nas questões de segurança e defesa no continente e das diversas regiões.

2- Avaliado o desenpenho de Angola na mediação de conflitos da região após a sua dupla presidencia na CIRGL; O Ministro das Relações Exteriores de Angola considerou positiva, no sentido de que após a dupla presidência na CIRGL, Angola não ficou estagnada na missão de resolução do conflito (MIREX, 2023). Por conseguinte, Armando relata que seu posicionamento foi de continuação na resolução de conflitos da região. Sob a presidência do Congo Brazzaville na CIRGL, a situação na RDC permaneceu tensa durante as eleições de 2018, com os conflitos a aumentarem intensamente a cada ano (Armando, 2021; MIREX, 2023).

Desta feita, o Estado angolano lançou uma série de programas destinados a restaurar as bases de um diálogo pacífico e construtivo entre a República Democrática do Congo e o Ruanda, a fim de reduzir as tensões entre os dois países vizinhos devido o ressurgimento do M23 (Armando, 2021). Porém, durante o diálogo o Estado angolano assumiu ter limitações no estabelecimento da paz por força ao respeito da soberania, intervindo aos assuntos internos com a prévia autorização do Estado conguês (Idem, 2021). Porém, as limitações constituíram empecilhos à CIRGL; sendo que, as suas decisões foram diversas vezes bloqueadas devido à resistência das milícias na região (Miranda, 2018).

Discusión y conclusiones

Devido à complexidade do tema, os resultados foram analisados qualitativamente e alinhados aos objectivos acima descritos. Em primeiro lugar, as motivações do interesse de Angola na resolução dos conflitos na região primam-se sob tensão moral causada pelo conflito na região, pois preocupa toda comunidade internacional e especialmente aos países da região. Compreende-se perfeitamente a posição de Angola, sendo que o conflito permanente na RDC tem impacto na segurança das fronteiras que partilham, fragiliza a paz duramente conquistada por Angola e, considera estas fronteiras como espaço vital. Pois para Estado angolano, o objetivo principal foi alcançar o desarmamento, consequentemente garantir a manutenção da paz.

Os resultados relatam que é por razões "geoestratégicas" incentivaram assim de forma permanente a abordagem do governo angolano à resolução de conflitos regionais, garantindo a finalidade de estabelecer a paz nas suas fronteiras, particularmente na República Democrática do Congo.

Em segundo lugar, diante dos resultados acima exposto pode-se confirmar que na mediação de conflitos da região, Angola desempenha um papel fulcral no processo de neutralização das forças negativas da RDC, sendo que ao longo dos seus dois mandatos na CIRGL, contribuiu para a neutralização do M23 na RDC, o cessar-fogo na RCA, e o enfraquecimento da ADF e para que a FDLR entregasse as armas voluntariamente (Miranda 2018).

Todavia, tira proveito da sua influência política nas regiões ao garantir a realização das eleições gerais a curto prazo na RDC; não obstante, por um lado, o empenho das forças armadas angolanas nas zonas fronteiriças é inusitado no sentido de garantir a segurança destas zonas e de prevenir situações ilegíveis nos primeiros momentos do conflito. Por outro, os resultados relatam que o desempenho de Angola dum ponto de vista mais amplo, trouxe dinamização e visibilidade à CIRGL e fez com que a questão da resolução dos conflitos da Região dos Grandes Lagos ocupasse um espaço importante nas agendas para Paz e Segurança internacional (Miranda, 2018).

Conclui-se, que foi necessário realizar um trabalho de pesquisa que cumprisse os métodos científicos definidos propostos desde o início. Por Sua vez, esta investigação começa a demonstrar a importância do objeto de estudo, que é o papel de Angola na resolução de conflitos na região dos Grandes Lagos, simultaneamente o estudo é contextualizado na cena ligado ao programa de estudo "internacional", delimitado à República Democrática do Congo (2014-2023); onde o problema se manifesta com maior intensidadeFoi possível confirmar que os conflitos na região dos Grandes Lagos apresentam atualmente uma elevada incidência de conflitos de interesses, o que significa que muitos lutam para preservar o território estratégico e por conseguinte, outros lutam pela manutenção do poder; um outro motivo ligado é a má alocação de recursos, o que Londa (2019, citado por Brinco, 2020, p.27) considera "estas razões estão relacionadas com o facto de alguns grupos étnicos sentirem-se desprivilegiados em relação a outros". Estas razões contribuíram consideravelmente para os conflitos nos países dos Grandes Lagos, o que torna-se grave aos olhos de cientistas políticos, a exemplo da RDC, por apresentarem características semelhantes às mencionadas acima.

Portanto pode-se concluir que Angola conseguiu assumir um papel importante no continente africano, no que diz respeito às operações de peacekeeping porque, de uma maneira muito subtil, usou todos os mecanismos possíveis para a neutralização dos grupos insurretos (M23) e evitando o uso da força na resolução de conflitos. Angola investiu muito na diplomacia, nas suas mais amplas vertentes, e também através da priorização da realização de encontros frequentes, entre os líderes regionais, para a resolução de conflitos como ressaltou António Carvalho (2014). Ou seja, tendo estruturas de defesa e segurança a exemplo das Forças Armadas Angolanas (FAA), com vasta experiência e questões de paz, segurança interna e regional. Concluiu-se que Angola desempenha um papel fundamental no processo de neutralização das forças negativas da RDC e tirou proveito da sua influência política nas regiões ao garantir a realização das eleições gerais num clima estável a curto prazo neste país.

Finalmente os dados recolhidos confirmam ainda que o objectivo foi de promover a sua influência para estabilizar esta região altamente perturbada, mantendo a integridade territorial. Embora o seu empenho não tenso sido suficiente para estabelecer uma paz duradoura na região, pelo facto de ainda hoje registarem sinais semelhantes. Nesta base, a segurança regional e os Estados-membros precisam promover e implantarem precisamente uma cultura de paz que promova o desenvolvimento sustentável. É claro que a questão da RDC é um assunto internacional que precisa de ser intervencionado numa base diplomática devido a situações que tem sido registradas nesta região.

Desta feita, este artigo constitui uma importante ferramenta a nível acadêmico, contribuindo para futuros estudos ou pesquisas sobre o tema no campo das Relações Internacionais e da ciência política. Os conflitos na região e na RDC são, portanto, uma luta constante para Angola e para que os Estados-membros encontrem uma solução pacífica, uma vez que o assunto não está encerrado e requer mais investigação e contribuição.

Referencias

Alvarenga, E. M. de (2012) *Metodologia da Investigação Quantitativa e Qualitativa: normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos.* Cesar Amarilhas.

Armando, S. H. (2021). *Participação Político-Diplomático de Angola na Gestão de Conflitos na Sub-região na Comunidade Económica da África Central.* [Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE].

https://repositorio.iscteiul.pt/bistream/10071/24869/1/master_hendrik_sanda_armando.pdf.

Arthur, D. D. (2018) *A intervenção de Angola na resolução de conflitos na região dos Grandes Lagos (África) de 2014 a 2016.* [Dissertação de mestrado, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira-UNILAB]. https://www.repositrio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3645/1/DC3%A1rio%20Daniel%Artur_organized.pdf.

Brinco, R. N. S (2020) O Terrorismo Religioso na Região dos Grandes Lagos Africanos [Dissertação de mestrado, Universidade de Beira Interior]. https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/11086/1/7579_16394.pdf .

Carvalho, A. L. (2014). Angola dinamiza os Grandes Lagos e a SADC. http://www.embaixadadeangola.pt/experiencia-de-angola-na-resolucao-de-conflitos-e-factor-determinante-para-pacificacao-da-regiao-dos-grandes-lagos/.

CIRGL. (2017). Relatório sobre a situação de Segurança e Humanitária na Região dos Grandes Lagos. https://www.icglr-rtf.org/wp-content/upload/2017/10/Portuguese_7th-Ordinary-Sumit-of-ICGLR-Heads-of-States-and-Government.Brazzavile-Republic-of-Congo.pdf. Consul. 30 dez. 2023.

Club-K. (2023). Angola na Resolução de Conflitos dos Grandes Lagos: a experiência da CIRGL. https://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=52573:angola-e-a-rasolucao-dos-conflitos-na-regiao-dos-grandes-lagos-a-experiencia-da-cirgl.

DW. (2023). Angola envia contigente militar à RDC. https://amp.dw.com/pt-002/angola-envia-contingente-para-apoiar-manunten%C3%A7%A3o-da-paz-na-rdc/a-64956583 Consul. 04 jan. 2024.

Freixo, M. J. V. (2018). *Metodologia Científica*. Piajet Lisboa.

Jornal Angola, (2020) Angola assume presidência da CIRGL pela segunda vez. https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/angola-assume-presidencia-da-cirl-pela-segunda-vez/.

Jornal Angola. (2023). Apresentada política externa de Angola e o papel na pacificação dos Grandes Lagos. https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/apresentada-politica-externa-de-angola-e-o-papel-na-pacificação-dos-grandes-lagos/ Consul.

Jovita, J. B. (2017). *A Política Externa de Angola e as Estratégias Actuais.* [Dissertação de mestrado, Instituto de Economia e Relações Internacionais da UFU]. https://repositorio.ufu.br/bistream/123456789/19791/1/PoliticaExternaAngola.pdf.

Junior, M. A. (2019). *Processos políticos que envolvem a produção e organização do espaço.* Editora Thaislayne Nunes de Oliveira. https://cdn.atenaeditora.com.br.

Mazzuoli, V. O. (2011). *Curso de Direito Internacional Público*. Editora Revista dos Tribunais. https://www.academia.edu/36864062/Mazzuoli_curso_de_direito_internacional_publico.

Miranda, M. A. M (2018). *Angola e a resolução dos conflitos na Região do Grandes Lagos: o caso da CIRGL.* [Dissertação Mestrado, Universidade de Lisboa]. https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/17593/2/ResumoCIRGL.pdf

MIREX (2023) História: diplomacia Angolana a nível regional. https://mirex.gov.ao/PortalMIREX/#!/sobre/historia .

Ngeli, R. M. (2021), *Os Desafios da Presidência de Angola na Conferência Internacional Sobre A Região dos Grandes Lagos.* https://books.google.com/books/about/Os_desafios_da_presid%C3%AAncia_de_Angola_na.html?id=Iu9RzwEACAAJ.

Oliveira, R. S. (2015). Magnífica e Miserável: Angola desde a Guerra Civil: tinta-da-china. https://static.fnac-static.com/multimedia/PT/pdf/9789896712815.pdf.

Pedro, T. L. (2019) *Angola no centro da SADC-Cooperação no quadro da Defesa Angola-Namibia (1990-2015)*. [Tese de Doutoramento, Universitário de Lisboa].

Pedro, L. T.; & Garcia, F. P. (2020). Papel de Angola na geopolítica regional: o caso. In *Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos* (2011-2017) https://ciencia.ucp.pt/ws/portalfiles/portal/29349725/Revista_Militar_Out_2020_1_.pdf. Acesso 18 dez. 2023.

Silva, I. C. (2012). *Congo, Guerra Mundial Africana: Conflitos armados, construção do Estado e alternativas para a Paz.* [Dissertação de mestrado, Universidade do Rio Grande do Sul). https://www.scielo.br/j/dados/a/DKntGtcsP7YtNzFhr5vPp7M/?format=pdf.

Sita, S. C. A (2017). *A geopolítica de Angola na África Austral. A Diplomacia e a Política Externa de Angola na África do Sul-SADC.* [Dissertação de mestrado, Universidade Autónoma de Lisboa]. https://repositório.ual.pt/hanle/11144/3742.

Tavares, A. C. (2007). *Direito internacional e desafios humanitários em África.* [Tese de Doutoramento, UNED]. https://e.spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=tesisued:IUGM-Actavares&dslD=Documento.pdf.

TV Zimbo. (2022). O conflito entre a RDC e o Ruanda: uma preocupação mundial. https://www.tvzimbo.ao/programas-de-informacao/debate-livre/ . Consul. 30 Abril 2024.

Kissaca, L. K. (2017). Diplomacia Angolana no Quadro das Organizações Regionais Africanas Pós-Guerra civil: A Comissão do Golfo da Guiné e a sua importância geoestratégica na afirmação Regional de Angola. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/14394.

Valenzola, R. H. (2014). O Conflito na República Democrática do Congo e a ausência do Estado na Regulação das Relações Sociais. *Revista do Laboratório de Pesquisa em Violência da UNESP, 13*, 59-86.